

---

# Sobre economia e ética: as duas fontes da economia na escolástica e seu afastamento na modernidade

On economy and ethics: the two sources of economy in scholasticism and its distancing in modernity.

Márcio Francisco Rodrigues Filho<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste artigo procuro oferecer razões para concordarmos com as afirmações de Amartya Sen expostas no primeiro capítulo do seu livro *Sobre ética e economia* intitulado: *Comportamento econômico e sentimentos morais*. Ali, Sen defende que a Economia moderna possui duas fontes que ele denomina: “ética” e “engenharia”. Para Sen, o distanciamento das duas origens empobreceu a Economia moderna contribuindo para um “caráter não-ético” desta ciência, mesmo a Economia devendo grande parte da sua evolução histórica à filosofia moral. Buscarei oferecer razões para se concordar com Sen sobre o afastamento dessas duas fontes, a “ética” e a “engenharia”, na Economia moderna, mostrando algumas preocupações filosóficas e econômicas na escolástica – em um momento histórico onde as questões “éticas” eram indissociáveis das questões econômicas, no sentido de Sen.

**Palavras chave:** Escolástica; Economia; Ética, Engenharia; Amartya Sen; Schumpeter.

**Abstract:** In this paper I offer reasons to agree with the statements of Amartya Sen exposed in the first chapter of his book entitled *On ethics and economics: Economic behavior and moral sentiments*. There Sen argues that modern economics has two sources he calls "ethical" and "engineering." For Sen, the distancing of these two origins impoverished the modern economics contributing to a "non-ethical character" of this science, even economics own too much of its historical evolution to moral philosophy. I seek to offer reasons to agree with Sen on his approach about the separation of ethics and "engineering" in the modern economy,

---

<sup>1</sup> Mestrando em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Bolsista Capes. Pesquisa e interesse nas áreas de filosofia da mente, teoria do conhecimento e epistemologia. E-mail: marcio.francisco.rodrigues@gmail.com. Endereço postal: Av. Unisinos, 950 Caixa Postal 275 CEP 93022-000 São Leopoldo - RGS

showing some philosophical concerns of the scholastics - a historical moment where the "ethical" questions were inseparable from economic issues, following Sen.

**Keywords:** Scholastics; Economics, Ethics, Engineering, Amartya Sen; Schumpeter.

## **Economia e ética ou economia-ética?**

Embora o “pai” da economia moderna, Adam Smith (1723-1790) tenha sido professor de filosofia moral em Glasgow, pois a economia foi considerada por muito tempo um ramo da ética, hoje é comum pensarmos a economia como sendo um ramo das ciências exatas onde predominam os cálculos matemáticos. É de opinião comum que questões como “o que é justo”, ou até mesmo, “como devemos viver” estão dissociadas das questões analisadas nos cursos de economia (SEN, 1999, p. 18).

Aqui veremos que as questões econômicas nem sempre foram tomadas numa visão hobbesiana, onde a subjetividade deve se reduzir à matemática, pois neste terreno se poderia assentar o indubitável, tornando assim a Economia uma ciência “de verdade”. Ao contrário disso, a Economia como procurarei mostrar não é um estudo dissociável da ética como se pensa hoje, antes disso, ela é indissociável da ética, como pensaram “os fundadores da economia científica” (SCHUMPETER, 1964, p. 127-128), os escolásticos<sup>2</sup>, período que vai do século onze ao fim do século dezesseis (SCHUMPETER, 1964, p. 125).

Além disso, a palavra “economia” tem sua origem nas palavras gregas “oikos” (fortuna, riqueza, propriedade) e “nomos” (regra, lei, administração), ou seja, envolve a administração, ou forma de exercício, de atividades relacionadas à riqueza, ou seja, à produção e distribuição de bens e serviços necessários aos diversos aspectos da vida humana em sociedade (SANDRONI, 1999, p. 189). E se a Economia está envolvida com a distribuição de bens e serviços necessários aos diversos aspectos da vida humana em sociedade (terra,

---

<sup>2</sup> O termo Escolástica deriva do latim *schola* (escola). Denomina-se Escolástica o período medieval de entre 1000 e 1600 d.C aproximadamente. Período histórico que de acordo com Schumpeter, a ciência econômica foi “criada”. Muitos doutores escolásticos escreveram sobre economia. Entre eles: Santo Tomás de Aquino, Buridan, Oresme, Pedro Olivi, Luís de Molina, Tomas de Mercado e Juan de Lugo são alguns expoentes escolásticos deste grande período histórico (SCHUMPETER, 1964, 105-145).

capital trabalho tecnologia, etc.) ela deve estar imersa em questões éticas, uma vez que a distribuição de bens e serviços são questões políticas. Esse raciocínio fica fácil se pensarmos que há aproximadamente sete bilhões de pessoas vivendo na terra e enquanto algumas pessoas vivem abastadamente até quase os 100 anos é notável que outros morram de fome antes mesmo de completar um ano de idade. E como os recursos naturais do planeta são escassos não é possível que questões econômicas se dissociem de questões éticas. Isto porque vivemos em uma sociedade global e se usarmos mais recursos naturais de um lado é claro que faltará lá no outro. E como bem salientou Aristóteles, uma vez que a finalidade da Economia é a riqueza, ela também deve ser administrada pela política, pois “esta determina quais são as demais ciências que devem ser estudadas em uma cidade” (ARISTÓTELES, 1999, 1094 a-2): Aristóteles se referia a cidades como cidades-estados, isto é, a pólis grega.

A preocupação com o afastamento da ética dos estudos de economia é notável no livro *Sobre ética e economia* de Amartya Sen<sup>3</sup>, onde o autor nos apresenta duas origens da economia. A primeira ele intitula de “ética” e a segunda de “engenharia”. Segundo Sen, o afastamento dessas duas fontes tornou a Economia aquilo que ela é hoje, um estudo dissociado da ética e ainda, detentora de um caráter “não-ético”. Procurarei apoiar a visão de Sen de que nem sempre a economia esteve dissociada da ética. Para isso, primeiramente apresentarei as concepções de ética e engenharia que segundo Sen são as fontes da economia e que hoje estão dissociadas devido a inúmeros fatores que aqui não serão analisados. Depois procurarei mostrar através das concepções econômicas da Segunda Escolástica que o estudo da Economia durante este período era irredutivelmente ético, pois os escolásticos se preocupam com “aquilo que é justo”.

---

<sup>3</sup> Amartya Sen (1935). Nascido na Índia e professor do Trinity College, em Cambridge (Inglaterra), pesquisou sobre a fome em Bangladesh, em 1974. Recebeu o Prêmio Nobel em Economia por seus trabalhos teóricos na área social e por haver contribuído para uma nova compreensão dos conceitos a respeito de miséria, pobreza e bem-estar social em regiões pobres, onde a principal atividade ainda é a agricultura (SANDRONI, 1999, p. 23).

Diferentemente da modernidade os escolásticos não queriam abrir mão da economia como sendo um tema moral, pois a moral está sujeita a razões. E quais são as razões de um preço? Porque um preço é injusto? Não basta apenas responder por que um quilo de pão vale aquilo que vale devido ao preço do trigo, da mão de obra empregada etc., mas é preciso ainda responder por que *devemos* pagar, ou vender um quilo de pão por este preço e não outro.

Sabemos que a justiça contemporânea se contenta com a legalidade, o justo é aquilo que está na lei, isto é, se algo é legal, logo é moral. Porém, os escolásticos como veremos, estão preocupados com a moralidade da política que não depende da legalidade, porque existem situações onde o fato é legal, mas não moral. Um exemplo é a legítima defesa. É impossível que o assassinato de uma pessoa seja um ato moralmente aceito. Porém, a legítima defesa nos permite matar alguém que atente contra nossa vida para que possamos preservá-la. Irei agora apresentar as duas origens da economia segundo Sen, para depois explicar sobre as concepções econômicas indissociavelmente éticas no período escolástico a fim de mostrar que a economia científica não só nasce da filosofia moral, mas ainda, é indissociável desta, segundo seus criadores.

### **As duas origens da economia segundo Amartya Sen**

Amartya Sen (1999) aponta duas origens fundamentais da economia que segundo ele são bem diferentes, mas ambas relacionadas à política. A primeira fonte está ligada a bonomia, isto é, a questões estritamente éticas “como devemos viver”, “o que pode promover o bem para o homem”? A segunda abordagem que origina a economia é a “engenheira”. Essa abordagem segundo Sen, busca encontrar os meios para atingir os fins que são dados diretamente, já que nesta abordagem o comportamento humano é tomado como tendo motivos simples e de fácil caracterização. Essas duas origens embora hoje notadamente separadas, não só pelos centros das universidades, mas também nas práticas diárias já estiveram unidas e um exemplo disso, como

veremos, são as concepções econômicas dos economistas da segunda escolástica.

Apresentarei agora como Sen entende essas duas origens da economia antes de apresentar a união das duas na filosofia escolástica, isto é, a abordagem ético-econômica nas mãos dos criadores da ciência econômica de acordo com Schumpeter (1964), que em minha opinião, veremos que é razão de apoio às afirmações de Amartya Sen sobre a não separação da ética e economia no momento da formação da ciência econômica.

### **A origem ética embasada na questão socrática e na política aristotélica**

Segundo Sen, é difícil crer que pessoas reais possam ser totalmente indiferentes à questão Socrática: “como devemos viver?”. Se a economia trabalha em propósito do comportamento humano real esse aspecto não pode ser posto de lado. Por isso, a *origem ética* da economia remonta, segundo Sen, no mínimo a Aristóteles, já que para o grego a economia esta ligada aos fins humanos, uma vez que se relaciona diretamente com o estudo da riqueza. E ainda, uma vez que a economia se dedica a questões coletivas é também um ramo da política. Isto porque segundo Sen, “a economia, em última análise, se relaciona ao estudo da ética e da política, e esse ponto de vista é elaborado na *Política* de Aristóteles” (SEN, 1999, p. 19).

A política tem de usar as demais ciências, o que incluirá a economia. Porém a economia já que trata da riqueza não tem em Aristóteles um fim em si mesma. A economia serve para o bem viver, pois tratará das relações de distribuição entre os bens do comércio e por isso, afirma Aristóteles que a economia estará subordinada a política: “a finalidade desta ciência (política), inclui necessariamente a finalidade das outras então essa finalidade deve ser o bem do homem” (ARISTÓTELES, 1999, p. 1094 b-2). Precisamos de dinheiro para comprar coisas. O dinheiro é a medida dessas coisas. Precisamos de alimento, moradia e vestuário, por exemplo. Não podemos nem pensar em sermos felizes sem estas coisas básicas. Sem o dinheiro não podemos comprá-las, porém, o dinheiro sozinho sem as coisas a qual ele possa ser trocado não

pode nos garantir nada, muito menos felicidade. Nesse sentido o dinheiro não é um fim nele mesmo, pois seu objetivo está em poder nos oferecer através de seu uso outras coisas que beneficiaram a vida humana.

Segundo Sen na *origem ética da economia* há duas coisas essenciais que são de extrema importância no estudo da economia. De um lado temos o problema da motivação humana, isto é a questão ética: “como devemos viver?” e de outro lado: a realização social. A primeira questão faz parte do comportamento humano real, diz Sen, uma vez que “as deliberações éticas não podem ser totalmente irrelevantes” (SEN, 1999, p. 20). É notável que as pessoas hajam de acordo com aquilo que acreditam ou pensam acreditar. O fato de uma pessoa querer fazer algo não está somente ligado à esfera das necessidades biológicas. Podemos querer comer por ter fome, beber por ter sede, mas também por vezes queremos cantar, escrever, pintar quadros e até mesmo falar sobre as atitudes das pessoas que julgamos serem certas ou erradas e isso envolve não somente um campo prático, mas abstrato, ideológico que influi diretamente nas ações humanas.

A segunda questão pertinente da origem ética da economia, Sen define como sendo a “avaliação da realização pessoal” (SEN, 1999, p. 20). Isso porque ainda se apoiando em Aristóteles Sen dirá que ter uma realização social relacionada à ética é um aspecto de suma importância na economia moderna, principalmente quando se trata da economia do bem-estar<sup>4</sup>. Já que Aristóteles atribui à realização pessoal como um ponto importante da ética no exercício da política: “embora seja desejável atingir a finalidade apenas para um único homem, é mais nobre e mais divino atingi-la para uma nação ou para as cidades” (ARISTÓTELES, 1999, p. 1094 b-2).

---

<sup>4</sup> Economia do bem-estar é um ramo da economia que usa técnicas microeconômicas para determinar simultaneamente a eficiência alocacional dentro de uma economia e a distribuição de renda associada a ela através do *ótimo de pareto* que é a “situação em que os recursos de uma economia são alocados de tal maneira que nenhuma reordenação diferente possa melhorar a situação de qualquer pessoa (ou agente econômico) sem piorar a situação de qualquer outra. O conceito foi introduzido por Vilfredo Pareto (1848-1923), e a Economia do Bem-Estar em grande medida estuda as condições nas quais um Ótimo de Pareto possa ser alcançado” (SANDRONI, 1999, p. 437).

Da afirmação aristotélica Sen conclui que existe na origem ética da economia no que se relaciona à ética e a concepção ética de política “certas tarefas irreduzíveis da economia” (SEM, 1999, p. 20), uma vez que a economia procura lidar com o comportamento humano real e por isso, não pode deixar de lado a pergunta socrática. Isto aponta que o comportamento humano real uma vez que indissociável da ética “precisa encontrar um lugar de importância na economia moderna” (SEN, 1999, p. 22). E de fato encontramos as questões éticas levadas “mais a sério” em grandes economistas da modernidade como Adam Smith, John Stuart Mill, Karl Marx ou Francis Edgeworth (SEN, 1999, p.22).

Agora apresentarei a segunda origem da economia, segundo Amartya Sen. Uma origem ligada estritamente a preocupações práticas, sobre tudo matemáticas que reduz a subjetividade humana a um objeto. Reduz o ser humano a um “animal” de fácil caracterização, e de motivações facilmente detectáveis.

### **A origem engenheira na estadística**

Segundo Sen, *a abordagem engenheira da economia* provém de várias direções e o curioso é que foi desenvolvida de fato, por alguns engenheiros como: Leon Walras<sup>5</sup> “que muito contribui para resolver problemas técnicos nas relações econômicas especialmente àqueles ligados ao funcionamento dos mercados” (Sen, 1999, p. 21). De acordo com Sen, foram muitos os “fundadores” desta origem econômica, entre eles se encontram também Sir

---

<sup>5</sup> Economista francês nascido em 1834 e morto em 1910. Faz parte da *Escola de Lausanne*: escola de pensamento econômico marcada pelas suas obras, pois foi o primeiro catedrático de economia desta instituição. Teve como discípulo o italiano Vilfredo Pareto (1848-1923). A escola de Lausanne da qual é “fundador” caracteriza-se também pela formulação da teoria do equilíbrio geral, desenvolvida por ele mesmo, e pela ênfase no tratamento matemático dos problemas econômicos. Walras e Pareto procuraram demonstrar como todos os valores econômicos determinem mutuamente, definindo uma interdependência geral dos mercados de produtos e dos fatores (SANDRONI, 1999, p. 214).

William Petty<sup>6</sup> (1632-1687) que foi considerado o pioneiro da economia numérica.

Além dos próprios “engenheiros” enquanto fundadores, a origem “engenheira” da economia “também se relaciona aos estudos econômicos que desenvolvem a partir de análises técnicas da estatística” (SEN, 1999, p. 21). De acordo com Sen, o fundador da economia engenheira e segundo ele, o primeiro a ter “um título remotamente parecido com o de ‘economia’” foi o *Arthasāstra*, de Kautilya<sup>7</sup>. O livro chama-se: “instruções para a propriedade material. O tratado se detém aos estudos de conhecimentos mais práticos, relacionados à “ciência do governo” e “ciência da riqueza” (SEN, 1999, p. 21), discutindo principalmente uma porção de problemas práticos referentes a origem “engenheira” no sentido de Sen, entre eles: “a construção de aldeias”, “classificação de terras”, “coleta de receita”, “manutenção de contas”, “regulamentação de tarifas”; além de “manobras diplomáticas”, “estratégias para estados vulneráveis”, “influência sobre facções de um estado inimigo”, “emprego de espões, “controle de desfalques de altos funcionários”.

---

<sup>6</sup> Economista inglês, considerado o precursor da escola clássica e fundador da estatística econômica. Interessado no estudo das finanças públicas, escreveu *A Treatise of Taxes and Contributions* (Tratado dos Impostos e Contribuições), 1662. A mesma preocupação em indicar as melhores formas de arrecadar impostos e encaminhar os gastos públicos conduziu Petty à necessidade de dispor de dados o mais amplos possível sobre a atividade econômica. Assim, escreveu, em 1672, *Political Anatomy of Ireland* (Anatomia Política da Irlanda) e *Political Arithmetick* (Aritmética Política), só publicada em 1691, com as quais, sobretudo esta última, foi o iniciador na Grã-Bretanha do estudo científico dos fatos econômicos, tratados matematicamente, na tradição do empirismo inglês. Petty considerou que a riqueza (os bens) deriva da conjugação da terra com quantidade de trabalho necessária para produzir essa riqueza; enfatizou o papel da divisão do trabalho, representando uma ponte para as concepções de Adam Smith (SANDRONI, 1999, p. 458).

<sup>7</sup> Também chamado de Chanakya ou Vishnugupta (nasceu 300 A.C), estadista e filósofo hindu, que escreveu um tratado clássico sobre política, Artha-shastra ("A Ciência do ganho material"), uma compilação de quase tudo o que havia sido escrito na Índia, até a seu tempo sobre artha (propriedade, economia, ou o sucesso material). Nasceu em uma família brãmãne e recebeu sua educação em Taxila (agora no Paquistão). Ele é conhecido por ter tido um conhecimento de medicina e astrologia, e acredita-se que ele estava familiarizado com elementos de aprendizagem grega e persa introduzido na Índia por zoroastrianos. Algumas autoridades acreditam que ele era um Zoroastro, ou pelo menos foi muito influenciada pela religião. Kautilya se tornou conselheiro e assessor de Chandragupta (reinou de c. 321-c. 297), fundador do império Maurya do norte da Índia, mas vivia sozinho. Ele foi fundamental para ajudar Chandragupta derrubar a poderosa dinastia Nanda em Pataliputra, na região de Magadha ("Kautilya". In: Enciclopédia Britânica. 2012. Disponível em <HTTP://<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/313486/Kautilya>>. Acesso em 24 nov. 2012).



Segundo Sen, nesta obra as motivações humanas são em grande parte explicadas especificadas de forma bem simples e a bonomia é ausente assim como nas obras modernas, pois na análise do livro, sobre os comportamentos humanos não encontramos considerações éticas de sentido profundo. “Nem a questão Socrática nem as aristotélicas aparecem nesse outro documento da antiguidade criado por um contemporâneo de Aristóteles” (SEN, 1999, p. 22). O que essa origem da engenharia pode nos mostrar é que a abordagem ética foi reduzida significativamente com o passar dos anos na economia moderna, não só perdendo espaço em relação à relevância do tema, mas também em problemas práticos do estudo econômico, como no caso das metodologias:

A metodologia da chamada “economia positiva” não apenas se esquivou da análise econômica normativa como também teve o efeito de deixar de lado uma variedade de considerações éticas complexas que afetam o comportamento humano real e que, do ponto de vista dos economistas que estudam esse comportamento, são primordialmente fatos e não juízos normativos (SEN, 1999, p.23).

Isso porque ao examinar as publicações modernas, Sen notou aversão às análises normativas “profundas” e o abandono das considerações éticas do comportamento humano. Mesmo assim, para Sen, tanto a abordagem ética quanto a abordagem engenheira da economia possuem sua força de persuasão dada à natureza da economia. Sen, afirma ainda que as duas concepções éticas da origem ética da economia: “concepção de motivação” e “realização pessoal”, ambas deveriam encontrar um lugar de destaque na economia moderna, mesmo não negando que a abordagem da engenharia tem muitíssimo a oferecer à economia. Isto acontece porque segundo Sen, nenhuma das origens da engenharia é “pura”, um exemplo é o caso de Aristóteles e de Adam Smith que se ocuparam muitas vezes das abordagens de engenharia, porém, dentro das preocupações éticas a quais estavam trabalhando seu raciocínio.

Parto para algumas conclusões de Sen, sobre o ponto fraco e as contribuições das duas abordagens antes de adentrar a explanação das concepções escolásticas sobre economia que fortalecem a opinião de Sen,

sobre o distanciamento atual da ética e economia. Tendo em vista que lá no seu útero (escolástica) essas duas concepções estavam irredutivelmente juntas.

### **Avanços e tendão de Aquiles**

As concepções sobre as duas origens da economia segundo Amartya Sen tem muito a contribuir para a economia. Embora a afirmação de Sen sobre a natureza da economia moderna “ser substancialmente empobrecida pelo distanciamento crescente entre economia e ética” (SEN, 1999, p. 23).

Sobre os avanços Sen reconhece que a abordagem engenheira avançou ferozmente as pesquisas teóricas econômicas, pois conseguiu realizar a solução de inúmeros problemas técnicos e teóricos. E tais realizações só foram possíveis graças ao descaso com a ética. Um exemplo dado por Sen, nesse sentido é o caso da “teoria do equilíbrio geral” que trabalha com a produção e troca nas relações de mercado supondo uma análise de todas as variáveis relevantes para o problema em estudo — por exemplo, produção e preços de todos os setores industriais (SANDRONI, 1999, p. 209). Tal teoria, segundo Sen:

[...] Trouxe à luz, nitidamente, inter-relações importantes que demandam análise altamente técnica. Embora essas teorias frequentemente sejam abstratas, não só no sentido de caracterizarem as instituições sociais de maneira bastante simples, mas também de conceber os seres humanos em termos muito restritos, elas indubitavelmente facilitaram o entendimento da natureza da interdependência social (SEN, 1999, p. 24).

E foi exatamente essa interdependência que formou um dos aspectos mais sofisticados da economia em geral. Um exemplo dado por Sen, a critério de esclarecimento sobre esse ponto é a análise causal de problemas reais como o da fome individual e coletiva no mundo. Como pode a fome coletiva ser causada mesmo com a abundância crescente e a disponibilidade de alimentos que temos hoje? Se levarmos em conta diz Sen, os padrões de interdependência que a teoria do equilíbrio enfocou, veremos que as fomes coletivas não têm muitas relações com a oferta de alimentos e sim, “antecedentes causais em outros pontos da economia” (SEN, 1999, p. 24).

Assim sendo, Sen não afirma que a abordagem não-ética da origem da economia trazida pela abordagem de engenharia tem de ser estéril, o que o autor quer frisar é que a economia, como ela “nasceu”, através de suas duas origens, as concepções econômicas poderão tornar-se inquestionavelmente muito mais produtivas. Se levarmos em conta às considerações éticas que moldam o comportamento e o juízo humano. Sen não quer descartar o que foi feito, mas sim, “exigir mais” (SEN, 1999, p. 25). Por outro lado, como a relação entre ética e economia é indissociável, Sen dirá que existe uma perda considerável para o ramo ético uma vez que a ética poderia se beneficiar dos métodos de “engenharia” da economia para avançar suas pesquisas, pois “a ética pode ganhar com raciocínios do tipo comumente usado em economia” (SEN, 1999, p. 26).

Até aqui é possível ver que a economia moderna teve duas origens: a “ética” e a “engenheira” e que o afastamento das duas produziu um caráter não-ético na economia. Esse caráter se constitui, pois as pesquisas na origem “engenheira” não apenas ganharam mais enfoque e sim, acabaram por excluir o caráter ético das questões do comportamento humano real. Uma vez que a subjetividade humana foi reduzida a número, às questões éticas deixaram de ter não só importância, mas também um lugar dentro da economia moderna. O justo passará a ser aquilo que é medido, e a medida é a lei. O certo será entendido como legal. A legalidade moralizará as atitudes e, portanto, a economia, enquanto ciência exata, isto é, dos números, da matemática, não precisará se preocupar com questões éticas. Agora veremos como os “pais” da economia científica, os doutores escolásticos, que nada mais eram do que professores de colégio ou universidades (SCHUMPETER, 1964, p. 111) lidavam com as questões econômicas sem se distanciar da ética.

### **A economia-ética e a ética-econômica no pensamento escolástico**

Um dos maiores economistas do século XX, Schumpeter, em sua obra, *História da análise econômica* (1954) deixou claro o valor dos estudos econômicos

escolásticos quando disse que foi exatamente a integração do sistema de teologia moral e direito destes autores que deu existência definida a economia.

Dentre os demais grupos, foram eles, os que mais se aproximaram “de terem sido os *fundadores* da economia científica” (SCHUMPETER, 1964, p. 128). E se a modernidade, sobre tudo em economia, se afastou da ética. Isso se deve porque a ciência escolástica da idade média continha em si o embrião da ciência laica do renascimento que se desenvolveu lentamente, mas firmemente na escolástica. Isso porque a sociedade feudal, continha todos os “germes” da sociedade capitalista. “De modo que os laicos dos séculos dezesseis e dezessete tiveram facilitada sua missão de superar a obra escolástica” (SCHUMPETER, 1964, p. 113).

Destacada a importância dos autores escolásticos para economia. Agora irei mostrar que a ética e a economia não estavam dissociadas na escolástica a partir da sua teoria de valor subjetivo. Acredito que a apresentação de algumas concepções econômicas escolásticas como: o “justo preço” e “usura” serão suficientes para demonstrar que Amartya Sen, está certo quando diz que houve um afastamento na economia moderna em relação à ética produzindo o caráter não-ético da economia moderna. Como veremos os escolásticos, fundadores da economia científica não distanciavam economia e ética porque o valor das coisas não deriva apenas de fatores objetivos, “como o custo da produção e o trabalho nela empregada, mas da avaliação subjetiva dos indivíduos” (WOODS, 2008, p. 148). Assim, entre muitas das concepções inovadoras sobre economia produzidas durante o período escolástico. Duas delas: usura e justo preço. Podem contribuir como razões para apoiar a opinião de Amartya Sen.

O *justo preço* é um conceito muito debatido na escolástica medieval e está ligado principalmente a São Tomás de Aquino. Nada mais é que um “critério moral do valor de uma mercadoria, isto é, o justo preço é o considerado moralmente correto para a compra e venda de uma mercadoria” (SANDRONI, 1999, p. 318). De acordo com a concepção de justo preço, que é uma concepção subjetiva, o mercado não é o local onde os preços se

concretizam. De acordo com este conceito, o mercado não seria o local onde os preços se formariam como comumente hoje entendemos.

O frade franciscano Pedro de João Olivi (1248-1298) foi o primeiro a propor essa teoria. Dizia que o justo preço de uma mercadoria resultava da avaliação subjetiva que as pessoas fizessem sobre essa mercadoria, na medida, que ela fosse útil e desejável para as pessoas. O *justo preço* “surgia entre compradores e vendedores no mercado, manifestada pelo próprio ato de comprar ou abster-se de comprar determinada mercadoria por determinado preço” (WOODS, 2008, p. 150).

O justo preço para Olivi era calculado de uma tríplice maneira. Primeiro de acordo com as nossas necessidades: “um bom pão de trigo é mais útil às nossas necessidades do que o pão de cevada, e um cavalo forte é mais útil para a tração ou para a guerra que um asno ou um cavalo trôpego (OLIVI, 2004, p. 574). Em segundo lugar, as coisas eram calculadas por sua raridade ou ainda, pela dificuldade de serem encontradas. “Assim, o mesmo cereal, em tempo de carestia, de fome ou de penúria vale mais do que no tempo de abundância em geral” (OLIVI, 2004, p. 575). É importante notar um outro exemplo de Olivi sobre o balsamo, que é um objeto mais estimado por nós do que a terra, o ar e a água, embora esses últimos sejam indispensáveis para a nossa sobrevivência, é o primeiro, o balsamo que adquire maior valor de acordo com a sua oferta. O terceiro fator que torna o justo preço de uma mercadoria é a vontade:

Sob este prisma, um cavalo, um ornamento ou um brinquedo agrada mais a um indivíduo do que a outro e, em vista disso um aprecia muito e considera preciosa para si uma coisa que o outro toma como vil e vice-versa (OLIVI, 2004, p. 575).

O valor das coisas para Olivi nunca poderá ser feito pelas pessoas a não ser como uma probabilidade ou conjectura, pois não há como determinar o valor de algo de forma exata. Para o Olivi, o justo preço é relativo, uma vez que esta avaliação depende dos juízos dos homens que são muito diferentes entre si. Por isso, Olivi dirá que as coisas não podem ser vendidas por mais do que valem, nem compradas por menos, pois o valor esta relacionado ao uso

que das coisas fazemos e da estima que delas temos, uma vez que o “juízo esse que determina o valor da coisa dentro dos limites de uma certa amplidão” (OLIVI, 2004, p. 575) é possível determinarmos apenas um valor provável.

É preciso notar que Olivi, entende economia e ética como sendo dois lados de uma mesma moeda no mesmo sentido de Amartya Sen. Porque o autor se pergunta: as coisas podem ser vendidas por mais do que valem e serem compradas por menos do que valem? (OLIVI, 2004, p. 573). Essa pergunta é fundamentalmente econômica, mas também ética, pois dependendo da resposta que for dada a ela ou tornará viável o comércio, ou não. E ainda, há um critério de justiça ligado ao valor das coisas, através de caráter ético profundo desta análise econômica oliviana, que difere do afastamento apontando por Sen, entre ética e economia na modernidade, isto é, para os pais da economia científica não existia uma discussão econômica que não pressuponha antes um debate ético.

Uma vez que critério de avaliação do “preço justo” é racional e designa como *justa* a compra e a venda de acordo com a avaliação de utilidade e estima, que são ao mesmo tempo, um caráter objetivo e subjetivo do indivíduo que compra ou vende o produto, o *justo preço* carrega consigo um caráter ético enraizado na teoria. Na medida em que um rato, dirá Olivi, vale mais do que o pão, pois é um ser vivo, tem alma e sensação, acaba, no mercado, valendo nada, ou muito menos do que o pão, que serve para alimentação. Olivi não abandona os critérios morais de avaliação, ou seja, o pão é uma mercadoria mais valiosa porque tem mais estima e utilidade para o homem do que um rato que gera aversão e não serve para alimentação comum embora seja naturalmente muito mais importante.

O preço justo, portanto, consistia numa concepção de que deveria haver uma componente principal de *caráter moral* nos preços pagos pelos diversos produtos, e não uma fixação a ser determinada pelas forças de mercado, “o que poderia significar enormes abusos e maiores lucros para os comerciantes” (SANDRONI, 1999, p. 489). Outro autor que corroborou com esta concepção de fixação de preço que deve carregar um componente moral e

ético é o cardeal jesuíta Juan de Lugo (1583-1660) que elaborou uma teoria do preço justo com seus próprios argumentos:

Os preços não variam com a perfeição intrínseca e superficial dos artigos. Uma vez que os ratos são mais perfeitos que o milho e mesmo assim, valem menos, mas em função de sua utilidade para as necessidades humanas e por conseguinte, em função do apreço que se tem por eles; em uma casa as joias são menos úteis do que o milho, e mesmo assim seu preço é muito mais alto. E devemos levar em conta não apenas a apreciação dos homens prudentes, mas também dos imprudentes, caso eles sejam suficientemente numerosos em um lugar, é por isso, que na Etiópia as nossas bijuterias são trocadas equitativamente por ouro, porque são comumente mais estimadas ali (WOODS, 2004, p. 152 apud: citado em Alejandro A. Chafuen em Faith and Liberty, pág 84-85).

Luís de Molina, outro cardeal jesuíta também afirmou o justo preço como sendo uma teoria de valor subjetiva:

O justo preço de uma mercadoria não é fixado de acordo com a utilidade que o homem vê nelas como se, *caeteris paribus*, a natureza e a necessidade de usá-las determinassem a quantia do preço [...]. Depende de como cada homem aprecia uma mercadoria. Isso explica porque o preço de uma pérola, que só pode ser usada como adorno, é mais alto que o justo preço de uma grande quantidade de grãos, vinho, carne, pão ou cavalos, embora a utilidade destas coisas (que também são de natureza mais nobre) seja mais prática e superior a utilidade de uma pérola. É por isso, que podemos concluir que o justo preço de uma pérola depende do valor que os homens lhe confirmam como enfeite (WOODS, 2004, p. 152 apud: citado em Alejandro A. Chafuen em Faith and Liberty, pág 84).

É visível que o justo preço é uma preocupação constante dos estudos econômicos escolásticos e que não se distancia da ética, pois procura um caráter moral que fundamente os preços pagos por um produto. Molina censurava a fixação do preço “e sua aprovação de lucros originados dos altos preços de concorrência em época de escassez são, sem dúvida, julgamentos éticos” (SCHUMPETER, 1964, p. 129). Isso porque os escolásticos destacaram o justo preço como qualquer preço de concorrência e por isso, sempre que esse preço de concorrência existisse era justo pagá-lo e aceitá-lo. Assim não importa as consequências que esse preço de concorrência gerasse

nos grupos do comércio, pois se os comerciantes ganhavam a coisa se mantinha bem, do contrário “seria obra da má sorte ou um castigo pela incompetência” (SCHUMPETER, 1964, p. 129).

Agora veremos, um pouco sobre uma questão econômica não menos debatida pelos doutores escolásticos que também esta imersa na ética: o fenômeno da *usura*. Segundo Le Goff (1989), a usura é um fenômeno explosivo que fornece uma mistura de economia e religião. Uma polêmica que pode ser considerada de certo modo como “o parto do capitalismo” (LE GOFF, 1989, p. 9). A usura é um dos grandes problemas debatidos pelos economistas escolásticos. “Como a religião que opõe tradicionalmente Deus e dinheiro, poderia justificar a riqueza, sobre tudo a riqueza mal adquirida?” (LE GOFF, 1989, p. 10). Isso porque em primeiro lugar, os escolásticos primeiro impunham preceitos morais que em princípio eram imutáveis e somente depois calcavam a sua teoria que tinha base no comportamento dos indivíduos (SCHUMPETER, 1964, p. 132).

Mas então, afinal o que é usura? Segundo Le Goff (1989), é um monstro de várias cabeças, pois designa uma diversidade de práticas, por isso, é necessária uma distinção antes de qualquer coisa entre *usura* e *juro*.

A *usura* nada mais é do que a cobrança de taxas de juros exorbitantes, muito superior às taxas máximas permitidas por lei ou admitidas como viáveis, isso porque a prática da usura configura crime contra a economia popular, punível por lei. Mas na Idade Média, que é o ponto que nos toca, qualquer cobrança de juros era considerada usura e condenada pela Igreja Católica, segundo os valores que garantiam o ordenamento medieval. Por isso:

[...] Os negócios do comércio e da usura ficavam relegados aos não-cristãos, particularmente aos judeus. Estes não tinham direito à propriedade territorial, base da estrutura social feudal. Com o desenvolvimento comercial ocorrido a partir do século XI, a condenação da usura tornou-se incompatível com as formas de vida e da ação dos mercadores e habitantes das cidades. A crítica à usura foi significativamente condenada pelos líderes da Reforma — sobretudo Calvino —, que proclamaram a legitimidade e respeitabilidade da cobrança de juros (SANDRONI, 1999, p. 624).



O *juro* é uma remuneração que aquele que tomou um empréstimo deve pagar aquele que o emprestou o dinheiro. O juro pode ser composto ou simples. Quando é calculado sobre o montante do capital, é chamado de *simples*. “Para o cálculo do *juro composto*, o juro vencido e não pago é somado ao capital emprestado, formando um montante sobre o qual é calculado o juro seguinte” (SANDRONI, 1999, p. 316).

Assim, para Molina e os doutores escolásticos a usura não é apenas uma cobrança de taxas exorbitantes, mas antes disso, um conjunto de práticas financeiras proibidas. Entre elas a cobrança de juros por alguém que emprestou em uma operação que não deve se pagar juros (LE GOFF, 1989, p. 18) Mas que tipo de operação deve se pagar juros, isto é, porque se deve cobrar ou pagar juros? Se pudermos cobrar juros, então o dinheiro pode fazer mais dinheiro. Mas o dinheiro pode trabalhar sozinho? Essas eram questões que os escolásticos se colocavam e que carregavam consigo uma porção de questões éticas que podem nos mostrar como Amartya Sen, tem razão quando diz que as duas origens da economia se afastaram ao longo da evolução da economia moderna, e que a ética faz falta a economia e vice-versa.

Ora, o dinheiro não podia gerar lucro em si mesmo, porque a moeda não era produtiva, ou um fator de produção. A moeda para os escolásticos era apenas um instrumento do comerciante. Isso porque o juro é um elemento que não pode ser separado do dinheiro. Se há juro, há dinheiro envolvido. Quando caracterizamos o preço “relativo ao uso da moeda, não explicamos coisa alguma e quando muito tornamos a expor o problema de modo obscuro” (SCHUMPETER, 1964, p. 135).

Para ser mais claro, o problema do juro, ou ainda, da usura, é que uma vez que a moeda não é produtiva, pois dinheiro não trabalha por si só e nem é um meio de produção, pois sua função é apenas para adquirir mercadorias você, ao cobrar juros, esta vendendo aquilo que não existe. Na medida em que você cobra juros de um empréstimo que você fez a alguém, você estaria cobrando algo que não é seu, isto é, você estaria roubando. Assim o juro não é apenas um problema econômico e sim, um problema moral. Por isso, “a usura é o excedente ilícito, o excesso ilegítimo” (LE GOFF, 1989, p. 26). A usura é

em primeiro lugar imoral porque é um roubo. A questão ética extremamente importante é que a usura é um pecado contra a justiça, por isso Tomás de Aquino diz:

“É pecado receber dinheiro como recompensa pelo dinheiro emprestado, receber uma usura?” Resposta: “Receber uma usura pelo dinheiro emprestado é em si *injusto*: pois se vende o que não existe, instaurando com isso uma desigualdade contrária à justiça” (apud: LE GOFF, 1989, p. 27).

O caráter ético da economia escolástica fica claro quando abordamos o problema da usura, uma vez que “a usura é um pecado contra o *preço justo* um pecado contra *a natureza*” (LE GOFF, 1989, p. 28). O dinheiro “não dá frutos” ele é infecundo, e o que acontece quando se empresta dinheiro e se cobra juro depois é que se está pedindo dinheiro sobre dinheiro. E a moeda como afirma Tomás de Aquino, “foi inventada para trocas; assim, seu uso próprio e primeiro é o de ser consumido, gasto nas trocas” (LE GOFF, 1989, p. 29). E por isso é injusto receber dinheiro por um empréstimo e é nisso que se constitui a usura.

Assim, para os escolásticos o juro deve ser justificado não com argumentos ao contrato de empréstimo, mas sim, deve-se avaliar cada caso. Deveriam ser colocados em análise todos os casos que envolvessem empréstimo de dinheiro, pois nada podia ser aprovado sem prévia investigação, uma vez que “os próprios comerciantes que empregavam o dinheiro para os objetivos do negócio, avaliando este dinheiro com referência aos lucros esperados consideravam justificado debitar juros” (SCHUMPETER, 1964, p. 134). Além disso, uma vez que exista um mercado monetário, qualquer pessoa poderia emprestar dinheiro a juros de acordo com esse mecanismo de mercado. O lucro deve se confundir somente com a perda. A justificativa de quem empresta para os escolásticos tardios (Séc XV e XVI) não está embasada na vantagem, mas sim, na desvantagem, isto é, na perda daquele que empresta. “É baseada exclusivamente nas desvantagens que emprestar traz a quem empresta” (SCHUMPETER, 1964, p. 134).

O caráter ético da afirmação de Schumpeter sobre a cobrança de juros é “pertinente”, já que para os escolásticos a economia não estava distanciada da ética, e mais, a economia era inclusive regrada pela ética, uma vez que a economia não tinha um fim em si mesmo, assim como o dinheiro, como pensou Aristóteles. A economia e o dinheiro são ferramentas que nos auxiliam no bem viver, e não um bem em si mesmo. O dinheiro foi feito para a troca, e a economia para regular estas trocas, controlar a riqueza e aquilo que se pode e não se pode fazer, tendo em vista a pergunta Socrática: “como devemos viver?”. Os aspectos econômicos de *justo preço e usura*, debatidos pelos doutores escolásticos parecem confirmar as afirmações de Sen, sobre a origem conjunta da economia que pressupõe entre ética e engenharia que pressupõe uma avaliação moral.

### **Conclusão**

Creio que as questões econômicas escolásticas de *usura e justo preço* que foram explanadas neste ensaio são boas razões para concordarmos com as afirmações de Amartya Sen, quando este defende que o distanciamento das duas origens da Economia empobreceu a ciência econômica na modernidade. O que contribuiu para um “caráter não-ético” desta ciência, mesmo a Economia sendo um estudo enraizado e “parido” dentro das discussões da filosofia moral.

Pelo apresentado podemos ver que são duas as razões principais para se concordar com Sen. Primeiro Sen afirma que a economia tem duas origens: a origem ética da economia embasada principalmente na questão socrática, e na ética e na política de Aristóteles; enquanto a segunda, a origem engenheira da economia, tem suas fontes “primeiras” na obra *Arthasâstra* do indiano Kautilya, contemporâneo de Aristóteles e nas realizações teóricas de economistas “engenheiros” da modernidade, como é o caso do economista francês o século XIX Leon Walras. Estas afirmações carregam uma verdade clara, já que vemos as duas origens juntas nas discussões econômicas sobre *justo preço e usura*

debatidas pelos escolásticos, que são, de acordo com Schumpeter, os pais da economia científica.

Segundo, as questões econômicas debatidas na escolástica são éticas e ao mesmo tempo econômicas no sentido de Sen. As questões econômicas não estão dissociadas da filosofia moral. Uma vez que o critério principal para o *justo preço* exige uma base moral que seja aceita racionalmente independente das condições impostas pelo mercado. As condições impostas pelo mercado são analisadas como pensa a “origem engenheira da economia” que leva as ações humanas como facilmente averiguáveis. Mas antes, é preciso encontrar um critério de justiça racional que fundamente o preço que deve ser pago por determinada coisa. Tal valor é subjetivo e aqui o comportamento humano real se torna mais complexo de acordo com os escolásticos. Porque este valor é indissociável da vontade de cada indivíduo como bem nos mostra as concepções econômicas de *justo preço* de Luis de Molina e Pedro Olivi, mesmo o segundo entendendo que o *justo preço* está também ligado ao fator de utilidade que cada indivíduo dá ao produto, ainda assim, o maior peso está inevitavelmente para Olivi ligado à subjetividade individual do comprador.

Outro fator não menos importante para concordarmos com as afirmações de Sen sobre o distanciamento das duas origens da ética é o fato da existência de uma questão econômica grandemente debatida na escolástica – a *usura*. A existência deste debate comprova que as duas origens econômicas não estavam dissociadas durante a criação da economia científica. Se hoje não nos perguntamos mais sobre o que é o dinheiro, ou qual sua função e tão pouco se o dinheiro tem apenas um valor sintático ou semântico na Idade Média as coisas não eram assim tão “fáceis”.

Quando nos perguntamos qual é o papel do dinheiro, inevitavelmente temos de responder se o dinheiro pode gerar por si mesmo mais dinheiro. Para os escolásticos, através das concepções tomistas, isso é impossível já que o papel principal do dinheiro é a facilitação da troca de mercadorias diferentes. O dinheiro não pode gerar mais dinheiro por si mesmo, porque ele não é um fim, e sim um meio para obter outras coisas que não ele mesmo.

A análise sobre a função do dinheiro tem um pressuposto moral e por isso, não se desliga da ética. Não é justo cobrar mais dinheiro por parte daquele que empresta aquele que pegou emprestado, porque o dinheiro não pode trabalhar sozinho e gerar mais dinheiro. Isso seria o mesmo que vender algo que não se tem, seria um roubo, portanto, um ato injusto. A escolástica tardia, envolvida com questões econômicas mais efervescentes devido ao seu momento histórico mais avançado afrouxou um pouco a interdição moral dos juros. Uma vez que a possibilidade de empréstimo de dinheiro se ligava a desvantagem daquele que empresta e não a vantagem deste. O que quer dizer que não era justo para aquele que empresta dinheiro aquele que está necessitado saia perdendo no fim das contas. E a escolástica estava preocupada, como vimos com o justo preço, isto é: o que faz com que se possa vender por mais do que vale ou comprar por menos do que vale um produto? Dependendo da resposta que é dada a essa pergunta não apenas se garantirá a existência ou não do mercado capitalista, mas também de que atos injustos, isto é, antiéticos se difundam em maior ou menor proporção.

### Referências Bibliográficas

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. Brasília: UNB, 1999.

\_\_\_\_\_. **A política**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

KAUTILYA. **Enciclopédia Britânica**. 2012. Disponível em <HTTP://<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/313486/Kautilya>>. Acesso em 24 nov. 2012

LE GOFF, Jacques. **A bolsa e a vida: a usura na idade média**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OLIVI, Pedro de João. Tratado sobre as compras e vendas. **Veritas**. Porto Alegre, v. 49, n.3, p. 573-589, 2004.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SCHUMPETER, Elizabeth Boody. **História da análise econômica**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1964.

SEN, Amartya. **Sobre ética e economia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

WOODS, Thomas E. **Como a Igreja Católica construiu a civilização ocidental.** São Paulo: Quadrante, 2008.